

Sul América Capitalização S.A. – SULACAP  
CNPJ 03.558.096/0001-04



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (“Companhia” ou “Sulacap”), relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2015, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

**1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira passou por ajustes em 2015, objetivando corrigir os desequilíbrios acumulados nos anos anteriores, fruto da expansão creditícia e fiscal. A política econômica concentrou-se no processo de realinhamento de preços, na redução das intervenções sobre o câmbio e, principalmente, na recuperação fiscal no intuito de estabilizar a dívida pública. Ainda que a política econômica traçada estivesse na direção correta, dificuldades para aprovação das medidas propostas inviabilizam o ajuste fiscal pretendido. A perspectiva de déficits fiscais crescentes, alimentando a expansão do endividamento público, elevou a percepção de risco da economia brasileira. Como consequência, o país perdeu o grau de investimento pelas agências de risco, ao mesmo tempo em que o real se deprecia. A economia passou por uma crise de confiança, reduzindo os investimentos, o consumo, tendo como consequência a elevação dos índices de desemprego. A inflação oficial ficou em 10,7%, refletindo, principalmente, a correção dos preços administrados, que subiram 18,1%, enquanto os demais preços da economia acumularam elevação de 8,7%, em consequência da depreciação cambial verificada no período. Estimativas de mercado projetam uma queda próxima de 4,0% no PIB brasileiro em 2015. No mercado de trabalho, cerca de 1,8 milhão de vagas foram fechadas no segmento formal da economia. A taxa média de desemprego encerrou o

ano em 7,0%, contra 4,8% em 2014. Alguns ajustes no sentido de melhorar os fundamentos da economia brasileira têm sido realizados. O Banco Central encontra-se empenhado em trabalhar para que a inflação de 2015 não impacte os preços em 2016 e 2017. Ao longo do ano, o Banco Central elevou a Selic em 250 pontos, colocando-a em 14,25% (11,75% no final de 2014). No setor externo, o ajuste decorrente de um câmbio mais depreciado levou a balança comercial a fechar 2015 com superávit próximo de US\$20 bilhões, enquanto o déficit em contas correntes recuou de US\$104,0 bilhões ao final de 2014, para um valor próximo de US\$60 bilhões em 2015. Pelo lado fiscal, os esforços caminham na busca de superávits que estabilizem a dívida pública no longo prazo, objetivando recuperar o grau de investimento atribuído pelas agências de rating. A melhora dos fundamentos econômicos é passo importante para a superação desse quadro nos próximos meses e anos. A recuperação da confiança dos agentes, que é condição necessária para isso, recolocará a economia em uma trajetória consistente de crescimento.

(R\$ milhões)	2015	2014	Δ
Arrecadação com títulos de capitalização	792,2	2.066,2	(61,7%)
Variação das provisões técnicas e para resgate	(685,7)	(1.484,8)	53,8%
Resultado com sorteio	(52,5)	(295,9)	82,3%
Custos de aquisição	(25,7)	(223,5)	88,5%
Outras receitas e despesas operacionais	(1,7)	(0,1)	NA
Despesas administrativas, tributos	(46,8)	(44,5)	(5,2%)
Resultado financeiro	59,9	52,8	13,3%
Resultado patrimonial	33,2	37,1	(10,6%)
Lucro líquido do exercício	56,2	78,9	(28,7%)

**3. Comentário sobre o desempenho:** A SULACAP totalizou R\$792,2 milhões na arrecadação com títulos de capitalização em 2015. A queda de 61,7% observada nas arrecadações se deve, principalmente, à suspensão da comercialização dos produtos da modalidade popular. O resultado com sorteios representou uma despesa de R\$52,5 milhões, 82,3% melhor do que em 2014. O resultado financeiro foi de R\$59,9 milhões, melhora de

13,3% e o lucro líquido no período foi de R\$56,2 milhões, 28,7% abaixo do lucro apresentado no ano anterior. O resultado do segmento foi impactado pelo cenário macroeconômico adverso, com arrefecimento da demanda no mercado de locação de imóveis e de campanhas promocionais. A Companhia continua implementando iniciativas estruturais que visam aprimorar processos, investimentos em tecnologia, parcerias em regiões estratégicas e maior participação em mercados ainda sub-penetrados. O segmento manteve o foco nos produtos Garantia de Aluguel e títulos de incentivo.

Descrição (em R\$ milhões)	2015	2014
Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações	73,8	108,5
(-) Impostos e contribuições	(16,1)	(28,7)
(-) Participações	-1,5	-0,9
<b>Subtotal</b>	<b>56,2</b>	<b>78,9</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(2,8)	(3,9)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>53,4</b>	<b>74,9</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	(13,4)	(18,7)
Dividendos adicionais propostos	-	(13,6)
Constituição da reserva estatutária	(40,0)	(42,6)

**5. Investimentos:** Em 31.12.2015, a Companhia mantinha investimentos diretos na Caixa Capitalização S.A., no montante de R\$60,2 milhões. Outros investimentos em imóveis e edificações que a Companhia tem a intenção de vendê-los somavam R\$1.1 milhão em 31.12.2015.

**6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”:** A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

**7. Acordo de acionistas:** A Sul América Capitalização S.A. - SULACAP não é parte de acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016. **A ADMINISTRAÇÃO**

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)			
Ativo	Notas	2015	2014
<b>Ativo circulante</b>	–	<b>906.462</b>	<b>957.456</b>
<b>Disponível</b>	–	<b>1.884</b>	<b>5.575</b>
Caixa e bancos	–	1.884	5.575
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>865.037</b>	<b>856.518</b>
<b>Créditos das operações de capitalização</b>	–	<b>22.966</b>	<b>82.444</b>
Créditos das operações de capitalização	6	22.966	82.444
<b>Títulos e créditos a receber</b>	–	<b>16.553</b>	<b>12.877</b>
Títulos e créditos a receber	7	8.392	8.209
Créditos tributários e previdenciários	8	6.347	3.169
Outros créditos	15.1	1.814	1.499
<b>Despesas antecipadas</b>	–	<b>22</b>	<b>42</b>
<b>Ativo não circulante</b>	–	<b>215.957</b>	<b>221.331</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	–	<b>146.825</b>	<b>138.881</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	–	<b>146.825</b>	<b>138.881</b>
Títulos e créditos a receber	7	310	–
Créditos tributários e previdenciários	8	43.644	41.185
Depósitos judiciais e fiscais	16.1	102.871	97.696
<b>Investimentos</b>	–	<b>68.149</b>	<b>81.490</b>
Participações societárias	9	60.208	73.252
Imóveis destinados a renda	10	6.870	6.880
Outros investimentos	–	1.071	1.358
<b>Imobilizado</b>	–	<b>806</b>	<b>904</b>
Imóveis de uso próprio	–	28	30
Bens móveis	–	778	865
Outras imobilizações	–	–	9
<b>Intangível</b>	–	<b>177</b>	<b>56</b>
Outros intangíveis	–	177	56
<b>Total do ativo</b>		<b>1.122.419</b>	<b>1.178.787</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Notas	2015	2014
<b>Passivo circulante</b>	–	<b>678.167</b>	<b>728.558</b>
<b>Contas a pagar</b>	–	<b>42.627</b>	<b>48.613</b>
Obrigações a pagar	11.1	35.928	43.938
Impostos e encargos sociais a recolher	–	1.894	379
Encargos trabalhistas	–	1.391	1.574
Impostos e contribuições	–	338	484
Outras contas a pagar	–	3.076	2.238
<b>Débitos de operações com capitalização</b>	–	<b>557</b>	<b>368</b>
Débitos operacionais	–	557	368
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>12</b>	<b>6.515</b>	<b>8.610</b>
<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	<b>13</b>	<b>626.753</b>	<b>670.967</b>
Provisão para resgates	–	553.301	614.048
Provisão para sorteio	–	63.449	50.933
Provisão administrativa	–	10.003	5.986
<b>Outros débitos</b>	–	<b>1.715</b>	–
Provisões judiciais	16.2	1.715	–
<b>Passivo não circulante</b>	–	<b>107.200</b>	<b>95.642</b>
<b>Contas a pagar</b>	–	<b>63.279</b>	<b>60.455</b>
Obrigações a pagar	11.1	63.279	59.625
Outras contas a pagar	–	–	830
<b>Outros débitos</b>	–	<b>43.921</b>	<b>35.187</b>
Provisões judiciais	16.2	43.921	35.187
<b>Patrimônio líquido</b>	–	<b>337.052</b>	<b>354.587</b>
Capital social	17.1	180.518	180.518
Reservas de capital	–	9	9
Reservas de reavaliação	–	3.683	3.683
Reservas de lucros	–	223.366	194.094
Ajustes de avaliação patrimonial	–	(70.524)	(23.717)
<b>Total do passivo</b>		<b>1.122.419</b>	<b>1.178.787</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2015	2014
<b>Receita líquida com títulos de capitalização</b>	<b>18.1</b>	<b>110.506</b>	<b>587.245</b>
Arrecadação com títulos de capitalização	–	792.213	2.066.157
Varição da provisão para resgate	–	(681.707)	(1.478.912)
<b>Varição das provisões técnicas</b>	–	<b>(4.018)</b>	<b>(5.877)</b>
<b>Resultado com sorteio</b>	–	<b>(52.473)</b>	<b>(295.905)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>18.2</b>	<b>(25.706)</b>	<b>(223.476)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>18.3</b>	<b>(1.696)</b>	<b>(59)</b>
Outras receitas operacionais	–	5.857	7.541
Outras despesas operacionais	–	(7.553)	(7.600)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>18.4</b>	<b>(42.973)</b>	<b>(38.252)</b>
Pessoal próprio	–	(27.223)	(23.690)
Serviços de terceiros	–	(8.398)	(7.668)
Localização e funcionamento	–	(3.982)	(4.148)
Publicidade e propaganda	–	(493)	(207)
Publicações	–	(202)	(214)
Donativos e contribuições	–	(643)	(1.265)
Despesas administrativas diversas	–	(2.032)	(1.060)
<b>Despesas com tributos</b>	<b>18.5</b>	<b>(3.829)</b>	<b>(6.221)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>18.6</b>	<b>59.872</b>	<b>52.849</b>
Receitas financeiras	–	121.540	105.788
Despesas financeiras	–	(61.668)	(52.939)
<b>Resultado patrimonial</b>	–	<b>33.163</b>	<b>37.091</b>
Receitas com imóveis de renda	–	17	82
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	–	(46)	(72)
Receitas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas	9	33.939	37.081
Despesas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas	9	(460)	–
Despesas com outros investimentos	–	(287)	–
<b>Resultado operacional</b>	–	<b>72.846</b>	<b>107.395</b>
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>	–	<b>926</b>	<b>1.099</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	–	<b>73.772</b>	<b>108.494</b>
Imposto de renda	18.7	(10.678)	(17.353)
Contribuição social	18.7	(5.397)	(11.345)
Participações sobre o lucro	–	(1.489)	(929)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	–	<b>56.208</b>	<b>78.867</b>
<b>Quantidade de ações</b>	–	<b>374</b>	<b>374</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>	–	<b>150,29</b>	<b>210,87</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)											
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendos adicionais propostos	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2014</b>	<b>100.309</b>	<b>79.660</b>	<b>9</b>	<b>3.683</b>	<b>25.105</b>	<b>108.857</b>	–	<b>133.962</b>	<b>(33.224)</b>	–	<b>284.399</b>
Aprovação de aumento de capital pela portaria Nº 5.792 de 31/03/2014	69.660	(69.660)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital conforme AGE de 30/04/2014	–	549	–	–	–	–	–	–	–	–	<b>549</b>
Aprovação de aumento de capital pela portaria Nº 52 de 02/09/2014	10.549	(10.549)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outros ajustes	–	–	–	–	–	(4)	–	(4)	–	–	(4)
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	–	9.507	–	<b>9.507</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	–	–	–	–	–	–	–	–	–	<b>78.867</b>	<b>78.867</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>	–	–	–	–	3.943	–	–	<b>3.943</b>	–	(3.943)	–
Reserva legal	–	–	–	–	–	–	–	<b>42.607</b>	–	(42.607)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos obrigatórios - R\$50.082,89 por ação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(18.731)
Dividendos adicionais propostos - R\$36.326,20 por ação	–	–	–	–	–	–	13.586	<b>13.586</b>	–	(13.586)	–
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>180.518</b>	–	<b>9</b>	<b>3.683</b>	<b>29.048</b>	<b>151.460</b>	<b>13.586</b>	<b>194.094</b>	<b>(23.717)</b>	–	<b>354.587</b>
Dividendos adicionais propostos aprovados AGE 31/03/2015 R\$36.326,20 por ação	–	–	–	–	–	–	(13.586)	<b>(13.586)</b>	–	–	<b>(13.586)</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	–	(46.807)	–	<b>(46.807)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	–	–	–	–	–	–	–	–	–	<b>56.208</b>	<b>56.208</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>	–	–	–	–	2.810	–	–	<b>2.810</b>	–	(2.810)	–
Reserva legal	–	–	–	–	–	–	–	<b>40.048</b>	–	(40.048)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos obrigatórios - R\$35.695,18 por ação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(13.350)	<b>(13.350)</b>
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>180.518</b>	–	<b>9</b>	<b>3.683</b>	<b>31.858</b>	<b>191.508</b>	–	<b>223.366</b>	<b>(70.524)</b>	–	<b>337.052</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)			
Descrição	2015	2014	(Reapresentado)
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>56.208</b>	<b>78.867</b>	
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortizações	298	392	
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(130)	–	
Resultado de equivalência patrimonial	(33.479)	(37.081)	
Outros ajustes	5.592	(13)	
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>			
Ativos financeiros	(36.431)	(56.126)	
Créditos das operações de capitalização	59.478	133.637	
Despesas antecipadas	20	11	
Outros ativos	(5.158)	(48.420)	
Outras contas a pagar	12.747	62.702	
Débitos de operações com capitalização	189	–	
Depósitos de terceiros	(2.095)	6.552	
Provisões técnicas - capitalização	(44.214)	(119.406)	
Outros passivos	8.811	2.556	
<b>Caixa gerado/(consumido) pelas operações</b>			
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	17.395	37.263	
Imposto sobre o lucro pagos	(9.275)	(36.478)	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>29.956</b>	<b>24.456</b>	
<b>Atividades de investimento</b>			
<b>Recebimento pela venda:</b>			
Imobilizado	108	–	
Intangível	180	328	
<b>Pagamento pela compra:</b>			
Imobilizado	(206)	–	
Intangível	(129)	–	
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>(47)</b>	<b>328</b>	
<b>Atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	–	549	
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(32.317)	(15.300)	
Outros	(1.283)	(6.315)	
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>(33.600)</b>	<b>(21.066)</b>	
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.691)</b>	<b>3.718</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>5.575</b>	<b>1.857</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>1.884</b>	<b>5.575</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)			
	Notas	2015	2014
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>56.208</b>	<b>78.867</b>
Perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	19	(381)	(122)
Imposto de renda e contribuição social relacionados as perdas atuariais, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	19	152	49
Perdas, líquidas de ganhos, não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	19	(27.912)	(6.040)
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos ativos financeiros disponíveis para venda	19	11.165	2.416
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	(29.831)	13.204
<b>Componentes do resultado abrangente</b>		<b>(46.807)</b>	<b>9.507</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>9.401</b>	<b>88.374</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014</b> (em milhares de reais, exceto onde mencionado)			
<b>1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. (SULACAP)</b> é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Lagragoiti Lucas, nº 121, no bairro Cidade Nova, autorizada a operar em todo o território nacional, pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com produtos de capitalização. A Companhia também atua na participação em outras sociedades. O acionista principal da Companhia é a Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ), que possui 94,38% de participação total da Companhia e tem como acionista controlador indireto a Sul América S.A. (SASA), que tem como principal acionista a Sulapar Participações S.A. (SULAPARAP), sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro e que detém 50,90% das ações ordinárias e 0,01% das ações preferenciais de emissão da SASA, que representam, em conjunto, 25,68% do capital total da SASA, excluídas as ações mantidas em tesouraria. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 25/02/2016 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2015, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia opera no segmento capitalização e atua, principalmente, nas seguintes modalidades: <b>Incentivo:</b> Representados por títulos de capitalização que estão vinculados a um evento promocional de caráter comercial instituído pelo subscritor. O subscritor neste caso é a empresa que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto utilizado no evento promocional. <b>Tradicional:</b> Representados por títulos de capitalização que têm por objetivo restituir ao titular, ao final do prazo de vigência, no mínimo, o valor total dos pagamentos efetuados pelo subscritor, desde			



continuação

Sul América Capitalização S.A. – SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

Em relação aos títulos de pagamento único (PU), a Companhia mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas de forma integral no mês de emissão. **Receita com resgate antecipado de títulos de capitalização:** A receita com resgate antecipado de títulos de capitalização é registrada pelo regime de competência. Corresponde à penalidade prevista nas condições gerais do título de capitalização para o resgate antecipado, não excedendo a 10% dos valores das contribuições efetuadas até a data do resgate. **Receita com a prescrição de títulos:** A receita com a prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões para resgates de títulos vencidos e antecipados e não resgatados pelos subscritores dos títulos de capitalização nos prazos estabelecidos no Código Civil. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos (vide nota 4.3) e de acordo com a gestão de riscos. **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "emprestimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.4. Participações societárias:** Reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustadas pela redução ao valor recuperável e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. **3.5. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresente indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisitos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 3 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.7. Provisões técnicas de capitalização:** As provisões técnicas são constituídas e atualizadas mensalmente, de acordo com as notas técnicas, observadas as regulamentações vigentes, apresentadas no passivo circulante em função do prazo de carência ser inferior a 12 meses, de acordo com o determinado pela SUSEP, conforme a seguir: **3.7.1. Provisão matemática para capitalização (PMC):** A PMC é constituída para a cobertura dos valores garantidos para o resgate, com base nos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em contrato. **3.7.2. Provisão para resgates (PR):** A PR é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, devendo contemplar tantos os títulos vencidos quanto os títulos antecipados e deve ser atualizada conforme previsão contratual. **3.7.3. Provisão para sorteios a realizar (PSR):** A PSR é constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que na data da constituição, ainda não tenham sido realizados. A PSR deve ser atualizada de acordo com os critérios definidos em contrato. **3.7.4. Provisão para sorteios a pagar (PSP):** A PSP deve ser constituída a partir da data de realização do sorteio devendo ser atualizada conforme previsão contratual. **3.7.5. Provisão para despesas administrativas (PDA):** A PDA é constituída para a cobertura dos valores esperados para as despesas administrativas dos planos de capitalização. Com base em um histórico de informações é projetado o valor presente esperado das despesas administrativas futuras. As projeções são efetuadas considerando apenas as despesas necessárias à manutenção do negócio. **3.8. Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis não relacionados a indenizações contratuais, reclamações trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. **Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais trabalhistas e cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda e o desembolso financeiro. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo não circulante, na rubrica "Provisões judiciais". Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cíveis e trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante, na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais". **Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, provisionados estão contabilizados na rubrica "Contas a pagar - obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Benefício a empregados:** Os benefícios compreendem o plano de contribuição definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia, o Programa de Indenização para Executivos, Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia, com o programa de indenização de executivos, com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.10. Incentivos em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. O plano é de outorga de incentivos de ações bonificadas. Neste plano de incentivos em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos. **3.11. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.12. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se a probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5); • Créditos tributários e previdenciários (nota 8.1); e • Ações fiscais (nota 16.2). **3.13. Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações judiciais e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. No caso de contas como "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. **3.14. Normas emitidas e revisadas:** **3.14.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações

**financeiras.** A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2015. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores. • Modificações à IAS 19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados. • Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012. • Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2015.** A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas: • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 16 – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Modificações à IAS 27 - Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas – Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014 – Em vigor a partir de 01/01/2016; e • Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras – Em vigor a partir de 01/01/2016. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data efetiva de adoção para 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC. A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da SulAmérica tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: **1. Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **2. Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **3. Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **4. Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a SulAmérica apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido. O Conselho de Administração é responsável por executar a atividade de supervisão do gerenciamento de riscos da organização, aprovando o apetite a riscos recomendado pelo CoR. A execução do processo é feito de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização, conforme descrito a seguir: **1ª Linha de defesa: • Donos dos riscos:** Responsáveis por fornecer insumos para a área de riscos corporativos nas etapas de ERM. Além, de monitorar os riscos mantendo os controles internos eficientes, supervisionam e propõe planos de ação para a mitigação dos mesmos; e **• Unidades de negócio e áreas de apoio:** Áreas da Companhia que possuem riscos inerentes às suas operações. **2ª Linha de defesa: • Comitê de riscos:** Responsável pelas decisões relacionadas a todas as etapas do processo de ERM, além de monitorar os limites e tolerância aos riscos, definidos no apetite a riscos vigente; **• Área de riscos corporativos:** Executa as etapas do processo de ERM, prioriza os riscos, modela os impactos de quantificação e fornece relatórios para o gerenciamento de riscos. Reporta estas atividades ao CoR; **• Compliance:** Responsável por monitorar e reportar a situação da Companhia frente aos limites regulatórios e internos; e **• Área de segurança da informação:** Responsável por identificar, monitorar e gerar planos de ação referentes aos riscos associados aos fluxos e trocas de dados contendo informações de uso restrito da Companhia. **3ª Linha de defesa: • Comitê de auditoria:** Tem, dentre suas atividades, o papel de avaliar o processo de ERM entre as linhas de defesa verificando o cumprimento dos protocolos estabelecidos pelas políticas vigentes; e **• Auditoria interna de riscos:** Provê avaliações sobre a eficácia da governança e do processo de ERM, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controles. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a SulAmérica está sujeita. A SulAmérica desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais incluindo risco de compliance. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada umas das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos estratégicos:** É decorrente do risco de perdas pelo insucesso das estratégias adotadas pela SulAmérica e inclui o risco de sustentabilidade. A SulAmérica conta hoje com áreas específicas focadas no gerenciamento dos planos estratégicos, responsáveis por monitorar o market share e a imagem da organização no mercado. Além do monitoramento das variáveis de impacto nas estratégias adotadas pela SulAmérica, a Vice-Presidência de Planejamento e Marketing tem como foco elaborar planos de ação para mitigação dos potenciais riscos estratégicos que possam afetar os resultados esperados relacionados às iniciativas. É função do Comitê de Sustentabilidade coordenar as ações referentes ao tratamento dos riscos socioambientais e de sustentabilidade que em sua avaliação possam prejudicar os resultados da Companhia no curto ou longo prazo em quantidade superior aos limites estabelecido no apetite a riscos vigente. Com presença em todo território nacional, a SulAmérica diversifica seus negócios no que diz respeito à concentração de riscos em uma mesma região. A tabela abaixo mostra a concentração da arrecadação com títulos de capitalização da Companhia por unidade da federação.

	2015	%	2014	%
UF				
SP	339.873	43%	579.644	28%
MG	82.071	10%	396.403	19%
RJ	105.524	13%	314.414	15%
SC	19.822	3%	247.472	12%
PR	48.573	6%	114.468	6%
DF	38.479	5%	89.997	4%
CE	22.409	3%	86.688	4%
RS	80.978	10%	76.746	4%
BA	10.372	1%	62.534	3%
GO	18.500	2%	18.636	1%
Outros	25.612	4%	79.155	4%
Total	792.213	100%	2.066.157	100%

**4.2. Riscos de subscrição:** A emissão de títulos e contratos rentáveis com clientes depende do correto dimensionamento dos preços dos produtos. Nos produtos de Capitalização, o risco de subscrição decorre da possibilidade de perdas associadas à comercialização das séries de sorteios. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente, a SulAmérica possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de riscos antes da tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias, e nos acompanhamentos periódicos de produtos, a SulAmérica possui o PARP, que é um Procedimento de Avaliação e Revisão de

Produtos (PARP). Este procedimento é avaliado tendo em vista os seguintes aspectos: • **Preço:** Visando o retorno de metas estabelecidas; • **Risco de fraude:** Exposição a riscos de fraude e/ou lavagem de dinheiro; • **Comercial:** Viabilidade de alcançar a expectativa de vendas, análises do escopo e competitividade do produto, dos canais de distribuição e da política de preço/aceitação; • **Compliance:** Riscos de lavagem de dinheiro e riscos de reputação (corrupção) relacionada a atividades ilícitas; • **Contábil:** Implicações na contabilização dos resultados e se as regras de cálculo dos tributos estão corretas; • **Financeiro:** Avaliação dos impactos do produto nas seguintes áreas: geração de caixa, no caixa livre, controle de investimentos, compras, contas a pagar, a receber, cobrança e tesouraria; • **Jurídico:** Avaliação sobre os aspectos jurídico-regulatórios; • **Estratégico:** Alinhamento à estratégia vigente e futura incluindo aspectos competitivos, concorrenciais e de posicionamento estratégico da SulAmérica; • **Riscos corporativos:** Impactos nas categorias de riscos corporativos, agregando avaliação sobre os riscos priorizados pela Companhia; • **Sustentabilidade:** Avaliação sobre o alinhamento à Política de Sustentabilidade, Princípios para a Sustentabilidade em Seguros (PSI), Iniciativa Estratégica de Sustentabilidade e lista de exclusão do IFC; e • **Visão do cliente:** Avaliação no que tange à Visão do Cliente. O parecer destes aspectos é emitido pelas seguintes áreas da Companhia: Atuarial, Auditoria Interna, Comercial, Compliance, Contabilidade, Financeiro, Jurídico, Planejamento Estratégico, Riscos Corporativos, Sustentabilidade e Visão do Cliente. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos ou inadequação de preços. As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de Capitalização. As variáveis de medição escolhidas para representar as possíveis oscilações citadas são: despesas administrativas, custos de aquisição e variações das provisões para resgate.

	2015	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas		
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(823)	(494)
Aumento de 5% nas variações das provisões para resgate (a)	(34.085)	(20.451)
Aumento de 5% nos custos de aquisição (a)	(1.285)	(771)
Redução de 5% nas despesas administrativas	823	494
Redução de 5% nas variações das provisões para resgate (a)	34.085	20.451
Redução de 5% nos custos de aquisição (a)	1.285	771
	2014	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas		
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(650)	(390)
Aumento de 5% nas variações das provisões para resgate (a)	(73.946)	(44.368)
Aumento de 5% nos custos de aquisição (a)	(11.174)	(6.704)
Redução de 5% nas despesas administrativas	650	390
Redução de 5% nas variações das provisões para resgate (a)	73.946	44.368
Redução de 5% nos custos de aquisição (a)	11.174	6.704

(a) Variações impactadas pelo produto Popular que teve sua comercialização suspensa (vide nota 1). **4.2.2. Riscos de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo, executado pela área atuarial corporativa que desempenha testes de consistências e recálculos periódicos a fim de avaliar a precisão das metodologias empregadas em cada uma das linhas de negócio. As provisões técnicas matemáticas apresentaram a movimentação que pode ser observada na nota 13.1. **4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da SulAmérica de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos, bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores de resgates e sorteios frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Neste sentido, são atribuições do Comitê de Investimentos os seguintes itens: • Promover a adoção das melhores práticas no controle de riscos de investimentos pela Companhia; • Revisar periodicamente a Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, recomendando ao Conselho de Administração proposta de alteração, se aplicável; • Acompanhar e supervisionar a execução e o cumprimento da Política de Investimentos; • Autorizar, expressamente, a aquisição de títulos que não sejam classificados "grau de investimento" na escala nacional (quando disponível); e • Aprovar a classificação contábil dos ativos como marcados a vencimento. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da SulAmérica. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 5.3. Em decorrência do processo de ALM, está demonstrada a seguir a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2015 e 2014, contemplando os saldos depositados em conta corrente, as operações compromissadas e o contas a pagar e a receber dos fundos de investimentos exclusivos:

	2015	2014
Indexador	Valor	Valor
SELIC/CDI	568.051	446.286
IPCA	10.140	10.537
Pré-fixado	286.589	357.762
Outros	257	41.933
Total	865.037	856.518

**4.3.1. Risco de liquidez:** Decorrente da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar os compromissos assumidos pela SulAmérica em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da SulAmérica prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de resgates e sorteios. A Companhia realiza projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros em 31/12/2015 e 2014.

										2015
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de curva / custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Descrição										
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	5.627	59.410	48.280	361.801	414.305	13.704	903.127	865.037	(38.090)	865.037
Valor justo por meio do resultado	5.627	1.376	205	1.200	–	–	8.408	8.382	(26)	8.382
Disponível para venda	–	58.034	48.075	360.601	414.305	13.704	894.719	856.655	(38.064)	856.655
Títulos de capitalização	–	626.753	–	–	–	–	626.753	–	–	626.753
Provisões técnicas	–	626.753	–	–	–	–	626.753	–	–	626.753
Refinanciamento fiscal - REFIS	–	12.072	2.794	8.073	10.316	–	33.255	–	–	33.255
										2014
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de curva / custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Descrição										
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	84.275	142.226	48.549	321.366	257.871	12.410	866.697	856.518	(10.179)	856.518
Valor justo por meio do resultado	84.275	1.285	984	2.694	–	–	89.238	89.210	(28)	89.210
Disponível para venda	–	140.941	47.565	318.672	257.871	12.410	777.459	767.308	(10.151)	767.308
Títulos de capitalização	–	670.967	–	–	–	–	670.967	–	–	670.967
Provisões técnicas	–	670.967	–	–	–	–	670.967	–	–	670.967
Refinanciamento fiscal - REFIS	–	11.681	3.177	7.542	12.004	–	34.404	–	–	34.404

O critério utilizado na apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, muitos dos instrumentos financeiros apresentados possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela em função do seu vencimento, sendo na sua totalidade suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.4. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprir-nos nos termos em que foi acordado. Estes riscos podem se materializar e afetar significativamente os resultados da SulAmérica caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas. **4.4.1. Investimentos em títulos privados:** A SulAmérica considera em sua Política de Investimentos limites específicos para contratação de crédito privado, além da estrutura de um Comitê de Crédito que avalia o risco de cada emissor previamente às contratações segundo uma metodologia própria. As tabelas a seguir apresentam a classificação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 2015 um percentual de 98,1% (91,4% em 2014) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos de maior categoria de risco possível (classe AAA), segundo as agências classificadoras Fitch, S&P e Moody's.

Descrição	2015	2014
Renda fixa pública "risco soberano"	577.211	563.132
AAA	271.619	219.622
AA+ até AA-	16.198	6.469
Outros	9	67.295
Total	865.037	856.518

**4.5. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica

dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste processo. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho. O processo de identificação dos riscos é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Após o mapeamento de cada processo são identificados os riscos operacionais associados a cada um dos processos. Tais riscos são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos em que a Companhia julgue necessário. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A SulAmérica possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações

continua



<



Sul América Capitalização S.A. – SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

continuação

13. Provisões técnicas: 13.1. Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão matemática para capitalização (PMC)	Provisão para resgates (PR)	Provisão para sorteios a realizar (PSR)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisão Complementar de Sorteio (PCS)	Provisão para despesas administrativas (PDA)	Total
Saldo em 01/01/2014	705.112	31.846	4.969	44.807	—	3.639	790.373
Incremento	1.482.725	—	301.908	297.832	5	2.347	—
Cancelamentos	(3.813)	—	—	(394)	—	—	—
Transferência entre reservas	(1.626.108)	1.626.108	—	—	—	—	—
Pagamentos / baixas	(3.399)	(1.637.438)	(307.785)	(291.817)	(5)	—	—
Atualização monetária / juros	36.340	2.675	994	419	—	—	—
Saldo em 31/12/2014	590.857	23.191	86	50.847	—	5.986	670.967
Incremento	687.576	—	53.019	53.357	3	4.017	—
Cancelamentos	(5.869)	—	—	(1.551)	(3)	—	—
Transferência entre reservas	(774.619)	774.619	—	—	—	—	—
Pagamentos / baixas	(2.621)	(780.949)	(53.243)	(40.363)	—	—	—
Atualização monetária / juros	38.937	2.179	231	1.066	—	—	—
Saldo em 31/12/2015	534.261	19.040	93	63.356	—	10.003	626.753

13.2. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2015	2014
Provisões técnicas	626.753	670.967
Ativos dados em garantia:		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	5.617	84.263
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	2.764	4.946
Títulos de renda fixa - públicos	568.839	541.218
Títulos de renda fixa - privados	285.069	223.682
Total de ativos	862.289	854.109
Ativos vinculados em excesso	235.536	183.142

14. Partes relacionadas: 14.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Sul América S.A. (c)	Controladora	Sulasapar Participações S.A.	—	—	274	—	—	—	—	—
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (h)	Controladora	Saepar Serviços e Participações S.A	183	25	252	—	1.725	—	(1.304)	—
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (g) (h)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	873	20	495	—	5.997	23	(4.474)	(64)
Saepar Serviços e Participações S.A. (c)	Controladora	Sul América S.A.	—	—	—	—	—	—	—	—
Sul América Companhia de Seguros Saúde (a)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	—	22	—	—	—	—	—
Sul América Saúde Companhia de Seguros (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—	—	2	—	—
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—	—	(883)	(259)	
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	63	168	—	—	(1.074)	(1.563)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (e)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	127	—	—	—	(910)	—
		Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.	7.461	8.164	—	—	—	—	—	—
Caixa Capitalização S.A. (f)	Coligada	Outros	—	—	—	—	—	—	(7)	(20)
Gouveia Vieira Advocacia (b)	Outros	Outros	—	—	—	—	—	—	—	(89)
Gouveia Vieira Advogados Associados (b)	Outros	Outros	—	—	—	—	—	—	—	—
Sul América Santa Cruz Participações S.A (f)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	12.600	17.679	—	—	—	—
Total			8.517	8.209	13.833	17.847	7.722	25	(8.652)	(1.995)

(a) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (b) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza civil, trabalhista e tributário; (c) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA; (d) Refere-se ao seguro saúde dos funcionários da Companhia; (e) Valor referente à taxa de administração de 0,25% sobre a carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (f) Valor referente aos dividendos a receber ou a pagar entre acionistas, titulares ou sócios; (g) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; e (h) Valor referente à venda de títulos de capitalização, na modalidade incentivo, liquidados mensalmente e resgatados 60 dias após a data da aquisição. Em 31/12/2015, a Companhia recebeu de sua coligada Caixa Capitalização S.A. dividendos no montante de R\$17.395 (R\$37.263 em 2014) e pagou dividendos aos seus acionistas no montante de R\$32.317 (R\$15.300 em 2014), sendo R\$30.502 (R\$13.350 em 2014) para a Sul América Santa Cruz Participações S.A. e R\$1.815 (R\$1.950 em 2014) para os demais acionistas.

14.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total
Contas a pagar				
2015	3.441	—	274	3.715
2014	2.557	5.052	—	7.609
Despesas				
2015	(4.397)	(167)	(342)	(4.906)
2014	(6.191)	(327)	—	(6.518)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (Nota 3.10).

15. Compromissos e ônus a liquidar: 15.1. Outros créditos: Em 31/12/2015, o saldo de R\$1.814 (R\$1.499 em 2014) da rubrica “Outros créditos”, no ativo circulante, é composto, principalmente, por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$1.400 (R\$1.255 em 2014).

15.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 13.2.

16. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2015 e 2014, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica “Provisões judiciais” no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

16.1. Depósitos judiciais e fiscais:

Descrição	2015	2014
Fiscais:		
COFINS	29	27
PIS	21.431	19.732
CSLL	29.785	25.513
IRPJ	14.203	13.062
Outros	161	312
Previdenciárias:		
INSS	9.080	8.391
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	16.084	18.952
Ações cíveis	12.098	11.707
Total	102.871	97.696
Não circulante	102.871	97.696

16.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

	Saldos em 01/01/2014	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2014
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	9.419	4.882	2.163	(700)	15.764
Trabalhistas	9.492	254	719	(920)	9.545
Honorários	422	536	216	(64)	1.110
Outros	41	268	197	(106)	400
Subtotal	19.374	5.940	3.295	(1.790)	26.819
Tributárias: (a)					
PIS	14.255	1.144	897	—	16.296
COFINS	14.241	—	—	(14.241)	—
CSLL	9.865	5.172	1.146	—	16.183
Multas	1.534	—	9	(1.543)	—
Honorários	2.752	1.752	—	(81)	4.423
Subtotal	42.647	8.068	2.052	(15.865)	36.902
Previdenciárias:					
INSS	7.725	178	465	—	8.368
Total	69.746	14.186	5.812	(17.655)	72.089
Não circulante					72.089

	Saldos em 31/12/2014	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2015
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	15.764	4.411	3.115	(1.165)	22.125
Trabalhistas	9.545	568	911	(427)	10.597
Honorários	1.110	880	311	(73)	2.228
Outros	400	599	652	(22)	1.629
Subtotal	26.819	6.458	4.989	(1.687)	36.579
Tributárias: (a)					
PIS	16.296	204	1.185	(2)	17.683
CSLL	16.183	2.083	2.669	(1.160)	19.775
Honorários	4.423	399	-	(184)	4.638
Subtotal	36.902	2.686	3.854	(1.346)	42.096
Previdenciárias:					
INSS	8.368	106	583	-	9.057
Total	72.089	9.250	9.426	(3.033)	87.732
Circulante					1.715
Não circulante					86.017

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2015 são de R\$42.096 (R\$36.902 em 2014), registradas no passivo não circulante, na rubrica “Obrigações a pagar” (nota 11.1).

16.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2015 e 2014, são: PIS. A Sul América Capitalização S.A., incorporada pela Companhia, questionou e depositou judicialmente: (i) a contribuição do PIS, instituída pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, com a incidência de 0,75% sobre a receita bruta. O processo judicial relativo à Emenda Constitucional nº 01/1994 encontra-se em segunda instância, aguardando julgamento dos recursos de apelação interpostos pela Companhia e pela União Federal. O processo judicial relativo às Emendas Constitucionais nºs10/1996 e

dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de sua coligada e as perdas atuariais não realizadas com plano de pensão de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

17.5. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 31/03/2015, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Ordinária realizada cumulativamente com a Assembleia Geral Extraordinária, distribuição de dividendos complementares, no montante de R\$13.586 à razão de R\$36.326,20 (reais) por ação, pagos aos acionistas em 15/04/2015.

17.6. Distribuição de resultado:

Destinação do lucro líquido do exercício	2015	2014
Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações	73.772	108.494
(-) Impostos e contribuições	(16.075)	(28.698)
(-) Participações	(1.489)	(929)
Subtotal	56.208	78.867
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(2.810)	(3.943)
Lucro líquido ajustado	53.398	74.924
Dividendos mínimos obrigatórios	(13.350)	(18.731)
Dividendos adicionais propostos	—	(13.586)
Constituição da reserva estatutária	(40.048)	(42.607)

18. Detalhamento das contas do resultado: 18.1. Receita líquida com títulos de capitalização:

Descrição	2015	2014
Arrecadação com título de capitalização	799.657	2.071.053
Devolução e cancelamentos com títulos de capitalização	(7.444)	(4.896)
Variação da provisão para resgates	(681.707)	(1.478.912)
Total	110.506	587.245

18.2. Custos de aquisição:

Descrição	2015	2014
Despesas de corretagem	(20.069)	(20.195)
Despesas de custeamentos de venda (a)	(5.637)	(203.281)
Total	(25.706)	(223.476)

(a) O produto Popular teve sua comercialização suspensa (vide nota 1).

18.3. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2015	2014
Receita com resgates de títulos de capitalização	2.621	3.399
Receita com prescrição de exigibilidade	2.372	3.542
Despesas com provisões cíveis	(5.009)	(4.653)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.680)	(2.347)
Total	(1.696)	(59)

18.4. Despesas administrativas:

Descrição	2015	2014
Pessoal próprio (a)	(26.881)	(23.690)
Remuneração baseada em ações	(342)	—
Serviços de terceiros	(8.398)	(7.668)
Localização e funcionamento	(3.982)	(4.148)
Processos trabalhistas	(1.345)	(364)
Outras despesas administrativas	(2.025)	(2.382)
Total	(42.973)	(38.252)

(a) Em 31/12/2015 e 2014, os benefícios aos funcionários estão representados, basicamente, por:

Descrição	2015	2014
Remunerações	(9.846)	(10.371)
Encargos sociais	(3.738)	(3.654)
Indenizações e rescisões	(4.958)	454
Vale alimentação, refeição e transporte	(2.369)	(2.327)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(977)	(64)
Previdência Privada	(595)	(194)
Outros benefícios	(172)	(227)
Total	(22.655)	(16.383)

18.5. Despesas com tributos:

Descrição	2015	2014
COFINS	(2.556)	(11.956)
PIS	(433)	(1.125)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(492)	(339)
Outros (a)	(348)	7.199
Total	(3.829)	(6.221)

(a) Em 2014, ocorreu reversão de COFINS não operacional no valor de R\$7.448.

18.6. Resultado financeiro: 18.6.1. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2015	2014
Títulos e valores mobiliários	109.731	87.040
Valor justo por meio do resultado	8.466	23.919
Disponível para venda	101.265	63.121
Operações de capitalização	(42.480)	(40.455)
Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(1.226)	(1.533)
Outros	(6.153)	7.797
Total	59.872	52.849

18.6.2. Receitas financeiras:

Descrição	2015	2014
Valorização de cotas de fundos de investimentos	8.466	23.740
Títulos de renda fixa - privados	32.422	22.635
Títulos de renda fixa - públicos	72.633	41.884
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	6.382	4.569
Outras	1.637	12.960
Total	121.540	105.788

18.6.3. Despesas financeiras:

Descrição	2015	2014
Operações de capitalização	(42.480)	(40.455)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(3.790)	(1.219)
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(7.608)	(6.102)
Outras	(7.790)	(5.163)
Total	(61.668)	(52.939)

18.7. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2015 e 2014, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	73.772	73.772	108.494	108.494
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(18.443)	(14.754)	(27.124)	(16.274)
Diferencial da alíquota da contribuição social	—	918	—	—
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(3.392)	(2.802)	—	(1.303)
Redução ao valor recuperável	—	—	(72)	(43)
Despesas indedutíveis	(1.354)	(1.054)	(384)	(184)
Provisões não dedutíveis	—	—	(8.240)	(4.944)
Outras adições	—	—	—	(4)
Subtotal	(4.746)	(3.856)	(8.696)	(6.478)
Exclusões:				
Ajustes de investimentos em coligadas e controladas	8.370	6.696	9.270	5.562
Reversão de provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	—	—	1.402	—
Reversão de provisões não dedutíveis	2.942	2.354	—	—
Encargos sobre participações nos lucros	—	—	367	220
Atualização de depósitos judiciais	1.495	1.196	—	—
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	22	17	—	—
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	420	336	—	—
Outras	4.694	2.023	718	—
Subtotal	17.943	12.622	11.757	5.782
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Compensações	—	2.404	—	5.090
Subtotal	—	2.404	—	5.090
Redução de incentivos fiscais	680	—	1.204	—
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(4.566)	(2.666)	(22.859)	(11.880)
Diferidos:				
Reversão - créditos tributários prejuízo fiscal/base negativa	—	(484)	—	(5.092)
Constituição / (reversão) - créditos tributários sobre diferenças temporárias	(4.617)	(1.346)	5.506	5.627
Débitos tributários sobre atualização de depósitos judiciais	(1.495)	(901)	—	—
Despesas/receitas com imposto de renda e contribuição social diferido	(6.112)	(2.731)	5.506	535
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(10.678)	(5.397)	(17.353)	(11.345)
Alíquota efetiva	14,47%	7,32%	15,99%	10,46%
Alíquota efetiva combinada		21,79%		26,45%

19. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

	2015		2014	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Benefício pós emprego	Total	
Base de cálculo	(27.912)	(381)	(28.293)	
Imposto de renda	6.978	95	7.073	
Contribuição social	4.187	57	4.244	
Total	11.165	152	11.317	
Líquido	(16.747)	(229)	(16.976)	

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. Conselheiros: Carlos Infante Santos de Castro; Gabriel Portella Fagundes Filho. Diretoria: Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. Vice-Presidente: André Luiz Lauzana dos Santos. Diretores: Laenio Pereira dos Santos; Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio.

Contador: Mauro Reis d’Almeida - CRC RJ 066.620/O-7. Atuário: Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963.



continuação	
Sul América Capitalização S.A. – SULACAP   CNPJ 03.558.096/0001-04	
Parecer dos atuários independentes	
<p>Aos Acionistas e Administradores da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. Rio de Janeiro - RJ. <b>Escopo da Auditoria.</b> Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2015, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. <b>Responsabilidade da Administração.</b> A Administração da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade dos atuários independentes.</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável</p>	
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015	
<p>1. O Comitê de Auditoria da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia") ("Comitê") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independente e interna, bem como os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê; • Verificou que as auditorias contábeis independente e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo</p>	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	
<p>Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. <b>Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras.</b> A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade dos Auditores Independentes.</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação</p>	
<p>das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Opinião.</b> Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A - SULACAP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. <b>Outros assuntos.</b> Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 24 de fevereiro de 2016. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2016. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5</p>	
<p>princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. <b>Outros assuntos.</b> No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo 24 de fevereiro de 2016. Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda CNPJ: 02.189.924/0001-03 CIBA 45 João Batista da Costa Pinto MIBA 944</p>	



# Em 2015, comércio eletrônico registrou um crescimento nominal de 15% no faturamento

*Em cenário de crise econômica, o e-commerce se mostrou uma excelente alternativa*

O comércio eletrônico registrou crescimento nominal de 15% no faturamento, movimentando R\$ 41,3 bilhões em 2015. A previsão é que, até o fim do ano, o e-commerce nacional fature R\$ 44,6 bilhões, o que representa um acréscimo nominal de 8%, em relação ao período anterior, de acordo com a 33ª edição do relatório WebShoppers, elaborado pela E-bit/Buscapé.

“Dentro do cenário de crise econômica, com aumento de inflação, desemprego e incertezas ao longo de 2015, o e-commerce se mostrou uma excelente alterna-

tiva na busca de bons negócios para o consumidor, apresentando faturamento muito acima do registrado no varejo tradicional”, disse o fundador da E-bit, presidente do Conselho de Comércio Eletrônico da FecomercioSP e vice-presidente de Relações Institucionais do Buscapé Company, Pedro Guasti.

Entre os destaques, aparece o crescimento das vendas por dispositivos móveis, que passaram a representar 12% do faturamento, na média do ano, e 14,3%, em dezembro. O número de consumidores com pelo menos uma compra pela internet chegou a 39,1 milhões, volume 3% maior

na comparação com 2014. A quantidade de pedidos cresceu 3%, alcançando 106,2 milhões.

Segundo os dados, o valor médio das compras atingiu R\$ 388, 12% mais alto se comparado ao ano anterior. Para 2016, estima-se que o tíquete médio das compras gire em torno de R\$ 419, o que representa um crescimento de 8%, em relação ao ano passado.

“O crescimento no número de consumidores ativos foi menor se comparado a outros anos. Isso tem relação com a redução da participação da classe C nas compras online nesse período. Em contrapartida, o público de renda

mais elevada comprou mais pela Internet. Essa é uma das explicações para o crescimento do tíquete médio”, esclareceu o diretor executivo da E-bit/Buscapé, André Ricardo Dias.

Outro destaque foi a elevação no NPS (Net Promoter Score), que mede a satisfação e a fidelização dos clientes no comércio eletrônico, que, em 2015, chegou a 65%, decorrente da diminuição no atraso das entregas e da melhoria dos serviços prestados pelas lojas.

Os dados indicam ainda que o volume de compradores em sites estrangeiros aumentou de 38%, em 2014,

pra 54% em 2015, com 14,9 milhões de consumidores únicos de sites externos (Aliexpress, Amazon e eBay, entre outros), e gasto total de US\$ 2,02 bilhões, 18% a mais que em 2014. As categorias mais procuradas foram eletrônicos, moda e acessórios e informática.

O estudo revelou ainda que, no meio online, as categorias mais populares são viagens e turismo, eletrônicos e assinatura de revistas, decorrente do alto valor agregado dos produtos, que faz com que os consumidores usem a internet como ferramenta de pesquisa e busca pelo melhor preço.

A preferência pelo varejo físico ficou com as categorias petshop, alimentos e bebidas e joalheria, pela necessidade de visualização de muitos produtos ou, por exemplo, por causa da dificuldade na logística para produtos alimentícios perecíveis.

De acordo com o relatório, a alta dos preços no varejo chegou no comércio eletrônico, registrando elevações de 8,94%, o que contribuiu para a redução do poder de compra dos trabalhadores. A classe C terminou o ano com 39% de participação nas compras (dezembro de 2015), diferente dos 54% anteriores (novembro de 2013).

# Ministro do Planejamento afirma que reforma fiscal é decisiva e estratégica para o Brasil

*Valdir Simão garantiu que governo vai reduzir número de cargos em ministérios*

O ministro do Planejamento, Valdir Simão, disse ontem que a reforma fiscal proposta pelo governo é decisiva e estratégica para que o país retome o crescimento e a geração de empregos. “Apresentamos na semana retrasada uma agenda de reforma fiscal que é central para a retomada do crescimento e a

geração do emprego e precisa ser encarada como decisiva e estratégica para o Brasil não só com a necessária reavaliação das políticas públicas de forma constante e, também, com a necessária limitação dos gastos, em especial os obrigatórios, em relação ao percentual do Produto Interno Bruto (PIB)”,

afirmou Simão, após a reunião do Conselho Deliberativo do Programa Bem Mais Simples Brasil, no Palácio do Planalto.

Perguntado sobre a avaliação do governo sobre o desemprego ter subido para 7,6% em janeiro, a maior taxa para os meses de janeiro desde os 8,2% de janeiro de

2009 e a arrecadação de impostos ter caído 6,71% em janeiro, o ministro disse que o Executivo está trabalhando para reverter esse quadro com a reforma fiscal e com a melhoria do ambiente de negócios “para que o Brasil retome sua trajetória de crescimento”.

Segundo o ministro, o

governo espera publicar nos próximos dias novos decretos de redução de cargos em ministérios no âmbito da reforma administrativa. Ele não especificou quantos cargos serão cortados.

“Estamos discutindo com cada uma das pastas o desenho necessário para que funcionem, procurando poupar

as áreas que têm uma atividade estratégica e finalística e concentrar os cortes em áreas que seriam, neste momento, não tão importantes”, afirmou o ministro.

Segundo Simão, o governo está negociando com os ministérios para atingir a meta dos 3 mil cargos que devem ser reduzidos.

# Custo da construção sobe 0,52% em fevereiro

*Gastos com o pagamento de pessoal foram os que mais pressionaram o índice*

O Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M) apresentou alta de 0,52% em fevereiro, variação superior à registrada em janeiro (0,32%). O avanço foi puxado principalmente pela mão de obra, que passou de 0,15% para 0,51%. O conjunto dos materiais, equipamentos e serviços teve elevação de 0,53% ante 0,52%.

O levantamento, do Insti-

tuto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), mostra que no primeiro bimestre deste ano o INCC-M acumula alta de 0,85% e nos últimos 12 meses, de 6,84%.

Em um ano, os gastos com o pagamento de pessoal foram os que mais pressionaram o custo da construção, com o índice acima da média (7,3%). Os materiais,

equipamentos e serviços subiram 6,3%. Em fevereiro, o INCC-M teve influência do reajuste salarial, em Recife, e antecipações em Salvador e Porto Alegre.

Houve aumento no ritmo de correção em cinco capitais: Salvador (de 0,61% para 0,72%); Belo Horizonte, (de 0,27% para 0,37%); Recife (de 1,13% para 2,34%); Rio de Janeiro (de 0,20% para 0,41%)

e Porto Alegre (de 0,31% para 1,42%). Nas duas capitais restantes, as altas perderam força: Brasília (de 0,17% para -0,01%) e São Paulo (de 0,25% para 0,22%).

A FGV também divulgou, ontem, a variação do Índice de Confiança da Construção (ICST), que atingiu 66,6 pontos, o que representa queda de 0,9 ponto percentual sobre o resultado de janeiro, no menor

nível da série histórica. Esta foi a terceira redução seguida.

Na análise da coordenadora de Projetos da Construção do Ibre/FGV, Ana Maria Castelo, há tendência de desaquecimento do setor. “Muitos fatores estão contribuindo para esse cenário, mas vale destacar que as incertezas no campo macroeconômico têm se mostrado um dos principais “gargalos” à melhoria

dos negócios”, afirmou.

O pessimismo do setor refere-se, principalmente, ao momento atual. O Índice da Situação Atual (ISA-CST) caiu 1,9 pontos, atingindo 63,6 pontos. Em relação à projeção para os próximos três meses, medida por meio do Índice de Expectativas (IE-CST), houve recuo de -0,1 ponto, ao alcançar 70,1 pontos.